



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Lei Municipal n.º 2.715 de 14/07/2015 com alterações pela Lei Municipal n.º 2.913 de 22/11/2018

Endereço: Rua Manoel Vieira s/nº, 2º andar – Centenário – Duque de Caxias/RJ

Contato: 2653-8399 E-mail: cmdm.2006@yahoo.com.br



Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias-RJ, realizada pela plataforma zoom (devido a pandemia de COVID-19), aos vinte e dois dias do mês setembro de dois mil e vinte e um, às 14h28min, com a presença das seguintes conselheiras.

| CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS | |
|--|----------------------|
| Cláudia Gomes | SMCT |
| Madalena Vieira Lechuga de Mello | SMG |
| Cleide Melo Vital | SMS |
| Raquel Amélia da Silva Ribeiro | SMPSIG |
| Neuzeli Daris Pereira | SMPSIG |
| CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL | |
| Leny Claudino de Souza | MNU |
| Raquel da Silva Narciso | CD VIDA |
| Vera Abreu de Sousa | Usuária |
| | |
| Márcia Cristina Nobua Cruz | UBM |
| Helenita Naria Beserra da Silva | SEPE |
| | |
| EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA | |
| Luciana Farias de Melo | Secretária Geral |
| Ana Paula Coutinho Pereira | Assistente Social |
| Cátia Cilene de Oliveira | Contadora |
| Camilla Cilene M. Coelho | Advogada |
| Victoria da Silva Bezerra Yazbeck | Apoio Administrativo |
| Aline Sarah dos Reis Gregório Ferreira | Apoio Administrativo |

- 1 A Assembleia ocorreu de forma presencial no Complexo. Teve início às 10:30h com a
- 2 palavra da Presidente Leny Claudino, agradecendo a dívida de estarem todas bem, e
- 3 pelo apoio de todas nesse período tão difícil que estamos vivendo. Logo falou sobre os
- 4 pontos de pautas: A LOA de 2022, os processos das comissões e a saída da AMAC do
- 5 Fórum. A Presidente passa a palavra para a contadora Cátia, que inicia cumprindo
- 6 a todas, e diz ter recebido um telefonema do governo da subsecretaria de orçamento
- 7 convocando-a para estar presente no dia 20/09/2021. Lá recebeu um ofício de número
- 8 1348/SMG/2021, referente ao assunto: Elaboração da Lei Orçamentária Anual 2022, que
- 9 em diálogo com um técnico e com a subsecretária que estavam na sala, conseguiu alguns

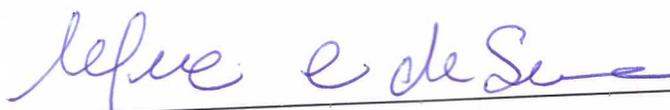
10 modelos de planilhas, que foram distribuídas em cópias para o colegiado presente na
11 reunião. Foi solicitado ao conselho que seja encaminhado 04 (quatro) propostas da Lei
12 Orçamentária que são: Acompanhando o modelo da planilha, a contadora orienta a
13 leitura; “na Unidade Orçamentária U.O - 03.01, Secretaria Municipal de Governo, nesta
14 Unidade teremos as Despesas Administrativas do Conselho e pela primeira vez a
15 solicitação de previsão orçamentária para a Conferência Municipal na mesma U.O –
16 03.01, na Unidade Orçamentária U.O – 03.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Mulher,
17 é outra Unidade vinculada à Secretaria Municipal de Governo, onde o gestor é o Dr. João
18 Brecha- Secretário da pasta da qual este Conselho é vinculado administrativamente de
19 acordo com a Lei Municipal n.º 2715/2015, e a outra ação é Despesas Administrativas-
20 FMDM e o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, na U.O. – 03.02 FMDM, a
21 Fonte de Recursos de ambas as U.O’s (100) - que significa recursos próprios do Tesouro
22 Municipal, o que temos previsto limite para as propostas da L.O.A para o exercício de
23 2022 é R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). A contadora diz que foi aprovado
24 pelo Conselho as propostas do PPA – Plano Plurianual para o quadriênio: 2022 a 2025
25 com valor total para cada ano, e que agora precisam abrir esses valores e dizerem onde
26 vão gastar previsão para 2022 o valor total que está disponível para essas 04 (quatro)
27 ações do Conselho. A contadora aponta que a planilha pequena distribuída, está inclusive
28 no Portal da Transparência da PMDC na Intranet, que eles têm um modelo padrão, dentro
29 do Sistema, para não ficar apenas em códigos. A contadora fez uma pequena folha de
30 roteiro dos códigos, para melhor compreensão de todas, e faz a leitura ponto a ponto das
31 04 (quatro) ações que ficariam assim distribuídas: **Ação 1.** Despesas Administrativas do
32 Conselho Municipal da Mulher - R\$ 110.000,00; **Ação 2.** Conferência Municipal dos
33 Direitos da Mulher – R\$ 50.000,00; **Ação 3.** Despesas Administrativas do Fundo
34 Municipal dos Direitos da Mulher – R\$ 50.000,00; **Ação 4.** Plano Municipal de Políticas
35 para Mulheres – R\$ 150.00,00. A contadora Cátia reforça que, se seguirem esse modelo
36 e o Colegiado aprovar, já estaria pronto, e se mudarem algo iria precisar refazer, e que
37 já teria um memorando adiantado para a Presidente Leny Claudino só assinar, pois o
38 prazo entrega será até o dia 27/09/2021, por isso a importância do Colegiado presente
39 em sua maioria para votar. A contadora reforça que, o uso desse valor só poderá ser
40 utilizado ano que vem após aprovação da Lei Orçamentária Anual – L.O.A para o
41 exercício de 2022 e a publicação em Boletim Oficial do Município, e que ainda passará
42 pela Câmara Municipal por um trabalho interno de análise, votado e publicado até o final
43 de dezembro para entrar em vigor a partir do dia 01/01/2022, ou seja, só ano que vem
44 que poderão abrir processos administrativos em referência ao Plano de Ação e ao Plano
45 de Aplicação FMDM para o quadriênio: 2022 a 2025. A Secretária Geral fez a votação
46 das propostas da L.O.A para o Exercício de 2022 referente às 04 (quatro) ações já citadas
47 e o colegiado aprovou por unanimidade. A contadora Cátia fala do outro ponto a tratar,
48 que é sobre um Ofício que receberam no dia 08/09/2021, acompanhamento e fiscalização
49 do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher no Município de Duque de Caxias, Ofício n.º
50 604/2021 do Ministério Público, e pergunta a Dra. Camilla se já foi dado ciência na outra
51 reunião, e a Dra. respondeu que já foi dado ciência e respondido. A preocupação da
52 contadora é sobre as questões relativas à parte orçamentária, considerando que desde
53 a publicação dos Planos de Ação do CMDM e dos Planos de Aplicação do Fundo

54 Municipal dos Direitos da Mulher para o 2.º Semestre/2021 e para o próximo quadriênio
55 (2022 a 2025) no Boletim Oficial do Município n.º 7026 de 09/08/2021, o Conselho precisa
56 caminhar nessas ações. A sua opinião técnica é que, o Colegiado leia sobre o que é
57 ação, e o que ainda é possível fazer de ação neste ano, porém, em relação a abertura
58 de processos, mesmo se ele (s) não ocorrer (em) esse ano, o Conselho precisa abrir, dá
59 sequência, e relata 02 (dois) casos que foram tratados na última Assembleia que foram:
60 a proposta para o processo de TI da aquisição do aplicativo, que a Dra. Camilla e a
61 conselheira Madalena estão ajudando muito, e a parte da cartilha que foi o outro pedido
62 já aprovado, mas fala da necessidade de desenvolverem como vai ser feita essa
63 construção, e que a Comissão de Monitoramento do Orçamento e do Fundo só com o
64 pedido não faz nada, tem que entender com as partes e desenvolver o que se quer com
65 esse material, para poder ver o Termo de Referência e pediu a opinião da advogada. A
66 Dra. Camilla fala que o Termo de Referência é o primeiro documento de abertura do
67 processo, e lembra ao colegiado que o Conselho já tem 02 (dois) processos que não fo-
68 dado andamento, mas, que podem ser retomados, que são: a capacitação das
69 conselheiras, que foi aberto, e não foi dado andamento, mas que pode ser reconstruído
70 e atualizado a qualquer momento, e o segundo processo fala sobre a divulgação do Plano
71 Municipal que também foi aberto, e não deram continuidade. Quanto ao processo que a
72 Comissão de Monitoramento do Orçamento e do Fundo votou referente a compra de
73 serviços do aplicativo de vídeo conferência, o Termo de Referência está 98% pronto, só
74 aguardando a análise técnica da TI que a conselheira Madalena Lechuga (SMG) solicitou
75 para fazer uma leitura. A Dra. Camilla também fala do processo que o colegiado aprova-
76 na última assembleia referente a cartilha da Comissão de Enfrentamento à Violência
77 contra Mulher, e ressalta que precisam saber como essa cartilha vai ser feita, e quem irá
78 fazer. A conselheira Helenita (SEPE) fala que quando conversaram a respeito da cartilha
79 um dos problemas seriam pensar no tipo de papel, formatação, etc... e que por isso
80 pediram a reunião com a Secretaria Municipal de Comunicação para pensarem melhor
81 na cartilha e conversarem com quem já tem conhecimento na área. A Presidente fala que
82 precisam fazer é ir à sede da Prefeitura Municipal e saber quais Órgãos podem nos
83 ajudar, que na questão técnica, podemos ter o assessoramento das equipes, mas o que
84 a contadora Cátia está trazendo é a responsabilidade, que juntas precisamos elaborar.
85 contadora Cátia diz que precisa dessas ações, que este Conselho fará uma prestação de
86 contas, e que será cobrado. A Presidente faz um pedido as conselheiras governamentais
87 para estarem ajudando nessas reuniões com pessoas técnicas, para que se possa
88 construir um trabalho primoroso, e chama o colegiado para a responsabilidade na
89 construção, que não fiquemos em nossas limitações, que esse processo é de toda
90 Complementando a fala da presidente a Dra. Camilla disse que esse documento não é
91 um termo jurídico, e sim técnico. A Dra. Camilla fala que os processos e as ações são
92 coisas separadas e que precisam ser encaminhados de acordo com o Plano de Ação que
93 foram aprovados para 2021, que se falam muito de processos, mas, que ações também
94 fazem parte do Plano de Ação e que temos uma a ser promovida que é os 16 dias de
95 ativismo e não está sendo discutida, isso também atende o Conselho. A Presidente diz
96 que precisamos sair da reunião com essas deliberações, e de como vão ser construídos
97 os processos, como os 16 dias de ativismo e o outubro rosa, pois podemos responder

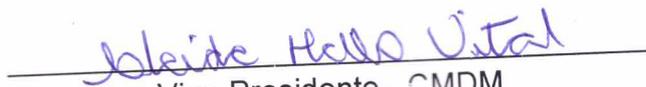
98 Ministério Público também, e que não poderão fechar o ano sem os processos
99 conselheira Raquel Narciso (CD VIDA) fala da cartilha sugerida pela Comissão
100 Enfrentamento à Violência contra Mulher, que terá um conteúdo voltado para a violência
101 contra as mulheres, falar dos serviços que estão disponíveis no município, entre outros.
102 A conselheira Madalena Lechuga (SMG) fala que foram aprovadas 03 (três) cartilhas
103 que poderiam juntar as ideias e montarem somente uma. A conselheira Raquel Narciso
104 (CD VIDA) fala que precisam discutir o público-alvo, que é diferente uma para a escola,
105 escola, e uma só para as mulheres, que a linguagem é diferente. A Dra. Camilla
106 o colegiado que trouxe na última reunião uma lei federal, que acontecerá em março
107 semana de combate à violência nas escolas, e que o Conselho poderia se preparar
108 o ano que vem. Após várias discussões, ficou decidido pelo colegiado 02 (duas) cartilhas,
109 uma para mulheres e outra para crianças e adolescentes. A conselheira Madalena
110 que, para levar um pedido de ajuda, primeiro precisam saber como serão feitas
111 cartilhas e já levar as ideias montadas. A conselheira Raquel Narciso fala de um
112 processo em andamento que a Comissão de Enfrentamento à Violência contra Mulher
113 tinha dito outra vez, que é o de Formação de Rede, já existe um modelo no Conselho.
114 Dra. Camila disse que pediu para as meninas primeira chance editarem, já foi enviada
115 para fazer a análise e só pequenos ajustes neste processo. Ela também falou da ideia
116 comissão de fazerem um calendário com as leis de enfrentamento a violência contra
117 mulher, cada mês apresentar uma lei diferente. A presidente fez um pedido de que
118 as ações sejam incluídas o público LGBTQI e a questão racial, de mulheres negras.
119 contadora Cátia explicou que na sua opinião, aprovem o que vai ser elaborado, que
120 que não precisaria ter muita coisa, pois, não vai dar tempo e irão voltar a discutir
121 2022. Que hoje já temos, um aprovado para o aplicativo, propostas de outras
122 cartilhas e o do calendário, e pede a Dra. Camilla para ler onde podem ser aplicados
123 recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher nos termos da Lei Municipal
124 2.715/2015, a advogada leu o artigo 8.º, e explicou que o processo foi aberto a
125 para rede de enfrentamento, que para capacitação de conselheiras seria um
126 processo, que teriam que deliberar e pergunta se vão fazer para este mandato ou
127 as conselheiras vindouras no caso da capacitação. A sugestão da conselheira Raquel
128 Narciso é aprovarem e fazerem um cronograma para os processos no início do ano
129 que vem. A conselheira Raquel disse que outra ação que a Comissão de Enfrentamento
130 Violência Contra Mulher quer fazer é oficializar a Secretaria Municipal de Segurança Pública
131 referente a Patrulha Maria da Penha, que a conselheira Neuseli comentou que só tem
132 (uma) viatura, que no momento está quebrada, também comentou sobre a entrega de
133 álcool em gel e máscaras na roda de conversa com as mulheres. A conselheira Camilla
134 Melo (SMS) informou que conseguiu uma psicóloga para participar da Live do sete
135 Amarelo. A Presidente propôs de construir um espaço de debate, uma roda de conversa
136 como exemplo sobre as mulheres que tomaram as duas vacinas, a contadora explicou
137 que é possível, para que no futuro o Conselho tenha um relatório. Às 11:50h a contadora
138 Cátia agradeceu a todas e pediu licença ao colegiado para dar andamento às
139 atividades laborais quanto aos documentos/relatórios oficiais de resposta do CMDM
140 SMG – Subsecretaria de Orçamento referente as propostas da L.O.A para o Exercício
141 2022 e pediu a colaboração da Srta. Vitória – Primeira Chance. Dando prosseguir

142 sobre a roda de conversas a conselheira Cláudia Gomes (SMCT) sugeriu que caso não
143 seja para muita gente, que poderiam fazer na Biblioteca do Teatro Municipal Raul Cortez.
144 Por fim, após muitas discussões ocorreu uma votação única dos seguintes pontos para
145 deliberações de abertura de processos: **confeção de duas cartilhas, uma para**
146 **mulheres e outra para criança e adolescente; formação e capacitação para a rede**
147 **de enfrentamento; formação e capacitação para conselheiras; calendário 2022 com**
148 **as leis específicas; oficializar a SMTSP e marcar uma reunião com o Secretário de**
149 **Governo para falar sobre a viatura e roda de conversa com mulheres.** E todas foram
150 aprovadas por unanimidade. A Presidente fala que conforme publicação no grupo de
151 WhatsApp no dia 17/09/2021, a conselheira Nilcimar Santos comunicar a saída da
152 instituição AMAC do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher, sendo que conforme a Lei
153 a instituição deve também se afastar do Conselho, não havendo outra entidade para
154 ocupar a cadeira, a conselheira Madalena Lechuga (SMG) informou que conversou com
155 o Secretário de Governo e este então sugeriu que uma cadeira governamental sendo a
156 SMUH também se afastasse temporariamente, tendo em vista o término próximo do
157 mandato sem o comprometimento da paridade do Conselho e ele continuasse com seus
158 trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade. Foi decidido sem nenhuma objeção a
159 live sobre o setembro amarelo no dia 29 de setembro. Sem mais para o momento, a
160 assembleia encerrou às 12:19h. **Informes:** A conselheira Cláudia Braga e a conselheira
161 Regina Célia (SMASDH) justificaram suas ausências na reunião e que enviaria um ofício.
162 A Assembleia encerrou às 12:19.

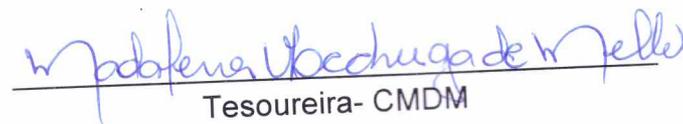
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180



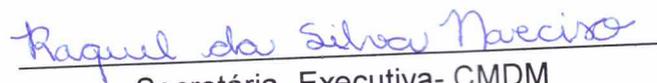
Presidente- CMDM



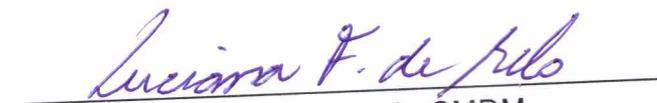
Vice-Presidente- CMDM



Tesoureira- CMDM



Secretária- Executiva- CMDM



Secretária Geral - CMDM

*Boletim 7066
Dia 10/11/21*